

VENTOS DO CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

VENTOS DO CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Acionistas e Diretores do
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A.
Pedra Grande - RN

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2024.

VENTOS DO CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	2023	2022		Nota explicativa	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	633	269	Fornecedores	8	665	271
Aplicações Financeiras	4	11.284	10.323	Financiamentos	9	5.035	4.834
Contas a receber	5 e 10	1.075	792	Obrigações tributárias	-	233	219
Impostos a recuperar		1	-	Dividendos a pagar	9	476	472
Despesas antecipadas		160	61	Arrendamentos a pagar	7	192	303
Outras contas a receber		-	-	Outras contas a pagar	10	38	132
		<u>13.152</u>	<u>11.445</u>			<u>6.640</u>	<u>6.231</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos Judiciais		30	30	Financiamentos	9	38.185	41.493
Imobilizado	6 e 7	107.579	111.906	Arrendamentos a pagar	7	4.230	4.064
		<u>107.609</u>	<u>111.936</u>			<u>42.415</u>	<u>45.557</u>
				Patrimônio líquido	12		
				Capital social		69.721	69.721
				Reservas de lucros		1.986	1.873
						<u>71.707</u>	<u>71.593</u>
Total do ativo		<u><u>120.761</u></u>	<u><u>123.381</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>120.761</u></u>	<u><u>123.381</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VENTOS DO CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita líquida de vendas	13	18.356	18.480
(-) Custo dos produtos vendidos	14	(12.063)	(10.814)
(=) Lucro bruto		6.293	7.666
(-/+) (Despesas)/receitas			
Administrativas, comerciais e gerais	14	(444)	(1.367)
Outras despesas líquidas	14	8	(35)
(=) Lucro antes do resultado financeiro		5.857	6.264
Receitas financeiras	15	1.289	1.067
Despesas financeiras	15	(4.140)	(4.415)
(=) Resultado financeiro líquido		(2.850)	(3.348)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		3.007	2.916
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	16	(1.001)	(929)
(=) Lucro líquido do exercício		2.006	1.987
Lucro por ação		0,015	0,015

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VENTOS DO CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares Reais)

	2023	2022
(=) Lucro líquido do exercício	2.006	1.987
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>2.006</u>	<u>1.987</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VENTOS DO CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		(Prejuízos)/lucros líquidos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 01 de dezembro de 2022		69.721	357	967	-	71.045
Lucro líquido do exercício					1.987	1.987
Reserva Legal	12.b		99		(99)	-
Dividendos a distribuir	12.c				(472)	(472)
Dividendos adicional	12.c	-	-	(967)		(967)
Reserva de rejeção de Lucros				1.416	(1.416)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		69.721	456	1.416	-	71.593
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.006	2.006
Reserva legal	12.b	-	101	-	(101)	-
Dividendos a distribuir	12.c	-	-	-	(476)	(476)
Dividendos adicional	12.c	-	-	(1.416)		(1.416)
Reserva de retenção de lucros		-	-	1.429	(1.429)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		69.721	557	1.429	-	71.707

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VENTOS DO CANTO DE BAIXO GERADORA EÓLICA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
(=) Lucro líquido do exercício		2.006	1.987
Itens que não afetam o caixa operacional			
(+) Depreciação e amortização	6 e 7	4.566	4.549
(+) Juros e variações monetárias		4.123	4.375
Reclassificação de despesas com arrendamento		-	189
Custo residual do ativo imobilizado e intangível baixados	6 e 7	(3)	8
		10.692	11.108
(Aumento) líquido/redução nos ativos			
Aplicações financeiras		(961)	(1.054)
Contas a receber		(283)	72
Impostos a recuperar		(1)	112
Despesas antecipadas		(99)	(35)
Depósitos judiciais		-	-
Outras contas a receber		-	4
Aumento líquido/(redução) nos passivos			
Fornecedores		394	(241)
Obrigações tributárias		14	(49)
Outras contas a pagar		(94)	(243)
Caixa líquido das atividades operacionais		9.663	9.674
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Arrendamentos pagos		(520)	(493)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(3.443)	(3.599)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos		(3.447)	(3.937)
Dividendos pagos	12. c	(1.888)	(1.581)
Caixa líquido das atividades de financiamentos		(9.299)	(9.610)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		364	64
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		269	205
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		633	269
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		364	64

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica S.A. (“Companhia”), atualmente com a sede no município de Pedra Grande, Estado de Rio Grande do Norte, na Fazenda Canto de Baixo, s/nº, Zona Rural, sociedade de ações de capital fechado, foi constituída em 23 de julho de 2012. A Companhia tem como acionista controladora a Ventos Fortes Geradora Eólica S.A.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. Atuando como agente comercializadora na modalidade de produção independente de Energia elétrica, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de energia Elétrica (ANEEL), de acordo com a Portaria nº 331, de 14 de julho de 2014, com o início de sua operação em fevereiro de 2018.

A Companhia tem por sua atividade principal a produção independente de energia elétrica através da fonte eólica e a comercialização da energia elétrica gerada, com a exploração da central geradora eólica denominada EOL União dos Ventos 14, no município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte, com 22.100 kW de capacidade instalada constituída por treze unidades geradoras.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de março de 2024 a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Uso de estimativa e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 6 - Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Nota 5 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa;
- Nota 16 - Taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos;
- Nota 9 - Provisões para desmobilização;
- Nota 11 - Provisão para demandas judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais são apresentadas em Reais (R\$), sendo a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio de resultado.

3.3. Aplicação financeira

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

3.4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e faturada, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado registrada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis não cotadas em mercado ativo, para qual não há impactos de juros, pelo fato das contas a receber e ser liquidado normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5. Instrumentos financeiros

3.5.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os financiamentos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos e fornecedores. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.5.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros estão classificados em: empréstimos e recebíveis (caixa e equivalente de caixa), valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e custo amortizado (fornecedores, financiamentos e partes relacionadas).

Os valores contábeis dos instrumentos categorizados como empréstimos e recebíveis e custo amortizado se aproximam do valor justo.

3.6. Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada conforme a avaliação.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Os ativos intangíveis da Companhia são formados por licenças de softwares e marcas.

3.7. Fornecedores

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo custo histórico, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

3.8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.9. Arrendamento mercantil

3.9.1. Definição de arrendamento

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.9.2. Como arrendatário

A Companhia arrenda imóveis, equipamentos de produção e equipamentos de TI. Como arrendatário, de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

No entanto, a Companhia optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI). A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de empréstimo incremental da controlada.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, sobre o faturamento bruto, conforme estipulado em contrato.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a controlada alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Administração reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamento conforme apresentado na nota explicativa nº 7.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando à Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para demandas judiciais são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasiona uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$240 e 9% para contribuição social.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.12. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelo valor justo, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.13. Capital social

Ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.14. Apuração do resultado

A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua entrega efetiva através do registro na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) respeitando o regime de competência.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e demais agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica é efetuado mensalmente.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia.

3.14.1. Receitas e (despesas) financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios sobre venda de energia elétrica, atualização de depósitos vinculados a litígios e variação de valor justo ou juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem encargos de dívidas, variação monetária sobre debêntures e outros passivos financeiros. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.14.2. Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita.

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023.

3.15.1. Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros;

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros.

Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais consolidadas.

3.15.2. Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis;

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “informações relevantes sobre políticas contabilísticas”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação.

Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

3.15.3. Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro;

- Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia.

- Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two.

As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two.

O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023.

As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two.

A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos.

3.15.4. Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros;

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores.

Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia.

3.16. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023.

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 – esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) – esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Bancos conta movimento	663	269
Aplicações financeiras (a)	11.284	10.323
	<u>11.916</u>	<u>10.592</u>

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo e que estão sujeitos a um baixo risco de mudança de valor, são remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário (CDI), que foi de 13,03% a.a. em 2023 (12,39% a.a. em 2022).

5. CONTAS A RECEBER

	2023	2022
Contas a receber (a)	1.067	787
Contas a receber – partes relacionadas (Nota 10)	8	5
	<u>1.075</u>	<u>792</u>

- (a) O "Contas a receber" correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e negociadas através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tendo o seu vencimento em curto prazo com sua realização regularmente.

6. IMOBILIZADO

	2023	2022
Aerogeradores	100.848	105.005
Instalações e benfeitorias	975	1.015
Máquinas e equipamentos	1.760	1.833
Equipamentos de informática	71	72
Móveis e utensílios	3	5
Direito de uso	3.922	3.975
	<u>107.579</u>	<u>111.906</u>

A Companhia acompanha anualmente a vida útil dos ativos imobilizado e não identificou diferenças significativas durante o ano. A média ponderada das taxas de depreciação e amortização dos ativos que compõe cada grupo está demonstrada na tabela de movimentação.

	Taxa de Depreciação a.a.	2021	Adições/ Bsixas / Transf	2022	Adições/ Bsixas / Transf	2023
Custo						
Aerogeradores	-	124.754	-	124.754	-	124.754
Instalações e benfeitorias	-	1.206	-	1.206	-	1.206
Máquinas e equipamentos	-	2.178	-	2.178	-	2.178
Equipamentos de informática	-	75	-	75	-	75
Móveis e utensílios	-	17	-	17	-	17
		<u>128.230</u>	<u>-</u>	<u>128.230</u>	<u>-</u>	<u>128.230</u>
Depreciação						
Aerogeradores	3,3	(15.590)	(4.158)	(19.748)	(4.158)	(23.906)
Instalações e benfeitorias	4 a 25	(151)	(40)	(191)	(40)	(231)
Máquinas e equipamentos	4 a 25	(272)	(73)	(345)	(73)	(418)
Equipamentos de informática		(2)	(1)	(3)	(1)	(4)
Móveis e utensílios	10	(10)	(2)	(12)	(2)	(14)
		<u>(16.025)</u>	<u>(4.274)</u>	<u>(20.299)</u>	<u>(4.274)</u>	<u>(24.573)</u>
Direito de uso						
Contratos de arrendamento		4.810	14	4.824	238	5.062
(-) Amortização		(552)	(297)	(849)	(291)	(1.140)
		<u>4.258</u>	<u>(283)</u>	<u>3.975</u>	<u>(53)</u>	<u>3.922</u>
		<u>116.463</u>	<u>(4.557)</u>	<u>111.906</u>	<u>(4.327)</u>	<u>107.579</u>

7. ATIVO DE DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06, sendo relacionado a operações dos parques eólicos.

A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos. Os contratos de arrendamento possuem passivos de arrendamento conforme demonstrado a seguir:

Ativo	2023	2022
Direito de uso do ativo arrendado	5.062	4.824
Amortização do período	(1.140)	(849)
Saldo contábil líquido	<u>3.922</u>	<u>3.975</u>
Passivo	2023	2022
Arrendamento a pagar	520	496
(-) Juros a apropriar	(322)	(193)
	<u>198</u>	<u>303</u>
Arrendamento a pagar	6.501	6.655
(-) Juros a apropriar	(2.277)	(2.591)
	<u>4.224</u>	<u>4.064</u>
Saldo contábil líquido	<u>4.422</u>	<u>4.367</u>

Passivo total

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base do WACC da Companhia de 7,7% a.a, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arredamento da Companhia.

(a) A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes, deve constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

É esperado que, após o encerramento do contrato, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25.

Os juros sobre arrendamentos são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo remanescentes dos contratos.

Os pagamentos do longo prazo, considerando seus fluxos de caixa futuros descontados, estão distribuídos:

	2023
Vencimento no longo prazo	
2025	198
2026	198
2027	198
2028	198
2029 em diante	3.630
	<u>4.422</u>

Os impactos na demonstração de resultado de acordo com a norma CPC 06(R2) / IFRS 16, foram que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação/amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não tenha trazido nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil dos contratos.

8. FORNECEDORES

Correspondem às obrigações da Companhia junto aos fornecedores conforme a seguir:

	2023	2022
Fornecedores	445	266
Fornecedores – partes relacionadas (nota 10)	220	5
	<u>665</u>	<u>271</u>

O saldo de fornecedores da Companhia refere-se à compra de energia eólica. Os títulos têm vencimento em curto prazo e são regularmente liquidados. As partes relacionadas são compostas por operações com suas controladoras e coligadas.

9. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Correspondem às obrigações da Companhia junto as instituições financeiras conforme a seguir:

Abertura do Saldo Contábil

	2023	2022
Financiamento BNB	43.220	46.327
Saldo contábil	43.220	46.327
Circulante	5.035	4.834
Não Circulante	38.185	41.493

Movimentação

Saldo em 31/12/2022	Captação	Juros do exercício	Pagamento Principal + Juros	Saldo em 31/12/2023
46.327	-	3.783	(6.890)	43.220

A Companhia firmou o contrato de financiamento junto à instituição financeira Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em 30 de agosto de 2017, perfazendo montante de R\$61.944, na data de emissão. Os encargos incidentes a dívida corresponde a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) apurada mensalmente, "pro rata die", com o vencimento final em 30 de agosto de 2.032.

Os recursos obtidos foram usados para construção do parque eólico e as instalações da Companhia junto ao BNB, para recomposição do caixa e execução de investimentos para consecução de seu objeto social no curso normal de seus negócios, reforçando sua estrutura de capital.

O contrato está garantido pela fiança bancária do BNB tendo a garantia de 100% do saldo devedor acrescidos de seus encargos. O contrato contém cláusulas restritas que requerem a manutenção de índices financeiros (convenant) anual em que o índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD deve ser maior ou igual 1,3, onde (Saldo inicial de caixa + Geração de caixa da atividade)/ (Soma dos pagamentos do principal + juros em 12 meses), com parâmetros preestabelecidos com base nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia cumpriu todos as cláusulas do (convenant) anual, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2023	2022
(A) Saldo de Caixa	5.638	4.961
(=) EBITDA	10.413	10.849
(-) Provisão de imposto de renda e Contribuição Social	(1.001)	(930)
(-) Investimentos realizados	(238)	(182)
(-) Distribuição de capital	(476)	(472)
(+/-) Aportes e resgates contas reservas do SD e O&M	-	-
(B) Geração de caixa da atividade	8.698	9.265
(C) Serviço da dívida	6.890	7.536
(D) Índice de cobertura do serviço da dívida	2,08	1,89

10. PARTES RELACIONADAS

Descrição	Ativo		Passivo	
	2023	2022	2023	2022
Ventos Potiguaras (a) (Nota 5)	9	5	9	5
Consórcio Parque Eólico (b)	-	-	38	132
Ventos Fortes (c)	-	-	687	472
	<u>9</u>	<u>5</u>	<u>734</u>	<u>609</u>

(a) As transações comerciais com as partes relacionadas foram celebradas no curso normal dos negócios da Companhia, a preços e prazos.

(b) Os valores correspondem ao saldo da conta corrente com Consórcio Parque Eólico, que é responsável pela manutenção dos parques Eólico.

(c) Transações com sua controladora.

	2023	2022
Dividendos a Pagar (nota 12.c)	476	472
Nota de débito a pagar	211	-
	<u>687</u>	<u>472</u>

Refere-se ao dividendo mínimo obrigatório ao acionista, conforme Lei 6.404/76, atingindo o montante de R\$687mil em 31 de dezembro de 2023, (R\$472 em 31 de dezembro de 2022).

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Não houve remuneração à Administração durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

11. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVIEIS

A Companhia figura como parte em ações judiciais de naturezas cível e ambiental. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita não haver provisão para riscos ambientais e cíveis com perdas prováveis.

11.1. Ações anulatórias

A Companhia é parte em ações anulatórias de cobrança da taxa de alvará de localização e licenciamento de funcionamento do exercício de 2019 e 2020, questionando a ausência de proporcionalidade na alteração da base de cálculo da taxa. Atualmente o montante perfaz no valor de respectivamente de R\$315mil para 2019 e R\$315mil para 2020 em 31 de dezembro de 2023.

A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

12. PATRIMONIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social integralizado de R\$69.721 mil em 31 de dezembro de 2023, está representado por 135 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social após a dedução dos incentivos fiscais, previsto em estatuto, perfazendo o montante de R\$456mil em 31 de dezembro de 2023 (R\$357mil em 31 de dezembro de 2022).

	2023	2022
Saldo inicial	456	357
Constituição da reserva legal do exercício (5%)	101	99
	<u>457</u>	<u>456</u>

(c) Dividendos

De acordo com o previsto no Estatuto Social da Companhia, o dividendo s mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, conforme:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	2.006	1.987
Constituição da reserva legal (5%)	(101)	(99)
Base de Cálculo dos dividendos	<u>1.905</u>	<u>1.888</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (Nota 10)	<u>476</u>	<u>472</u>
Dividendos pagos	2023	2022
Dividendos mínimo pagos (i)	472	614
Dividendos adicional pagos do exercício (i)	1.416	967
	<u>1.888</u>	<u>1.581</u>

- i. Durante o exercício foi pago a sua controladora como distribuição de lucro o montante correspondente de R\$1.888 mil, desse valor R\$1.416 referem se a dividendos adicionais de 2023, e R\$472 mil referem se a dividendos propostos de 2022 pagos durante o exercício de 2023;

(d) Reserva de lucros

A após à destinação da reserva legal e dividendos mínimo Companhia detém a reserva de lucros no montante de R\$1.429 mil em 31 de dezembro de 2023 (de R\$1.416 mil em 31 de dezembro de 2022).

13. RECEITA LIQUIDA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e pela venda de energia comercializada na CCEE ambas reconhecida pelo regime de competência.

As receitas da Companhia estão classificadas no segmento renováveis, de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da Companhia e foram geradas geograficamente, na região Nordeste.

Receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	2023	2022
Receitas		
Venda de energia mercado livre	9.136	8.635
Venda de energia mercado CP	6	1.256
Venda de energia mercado regulado	9.805	9.231
Venda de energia elétrica múltiplo	104	59
	<u>19.051</u>	<u>19.181</u>
Impostos sobre faturamento		
PIS sobre faturamento	(124)	(125)
COFINS sobre faturamento	(571)	(576)
	<u>(795)</u>	<u>(701)</u>
Receita líquida de vendas	<u>18.356</u>	<u>18.480</u>

14. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação dos custos e despesas baseada na sua função. As informações dos custos e despesas por natureza são apresentadas a seguir:

14.1. Custos de energia elétrica

Custo por função	2023	2022
Custo dos produtos de vendas	(12.063)	(10.814)
Despesas gerais e administrativas	(444)	(1.367)
Outras despesas líquidas	8	(35)
Total de custos com energia elétrica	<u>(12.498)</u>	<u>(12.216)</u>

Custos/Despesas	2023		2022	
	Custos dos Serviços	Outras receitas/despesas gerais e administrativas	Total	Total
Custo de energia	(2.359)	-	(2.359)	(2.532)
Encargos sistemas de transmissão	(1.210)	-	(1.210)	(82)
Despesas com pessoal	(576)	(251)	(826)	(1.225)
Material	(75)	(0)	(75)	(144)
Serviços de terceiros	(2.949)	(71)	(3.020)	(3.266)
Depreciação e amortização (i)	(4.566)	-	(4.566)	(4.549)
Seguros	(118)	-	(118)	(214)
Tributos e taxas	(154)	(25)	(180)	(30)
Aluguel	(4)	-	(4)	-
Outras (despesas)/receitas operacionais	(52)	(89)	(141)	(174)
	<u>(12.063)</u>	<u>(435)</u>	<u>(12.498)</u>	<u>(12.216)</u>

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 10.

15. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	2023	2022
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.288	1.067
Outras	1	-
	<u>1.289</u>	<u>1.067</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(3.784)	(4.024)
Juros sobre arrendamento	(340)	(352)
Despesas bancárias	(6)	(7)
Outras	(10)	(32)
	<u>(4.140)</u>	<u>(4.415)</u>
Total	<u>(2.850)</u>	<u>(3.348)</u>

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – CORRENTE

	2023	2022
Imposto de Renda		
Receita bruta	19.051	19.181
Alíquota	8%	8%
	<u>1.524</u>	<u>1.534</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.289	1.067
	<u>2.813</u>	<u>2.601</u>
Alíquota vigente	15%	15%
Imposto apurado	(422)	(390)
Adicional federal de 10%	(257)	(236)
Imposto apurado	<u>(679)</u>	<u>(626)</u>
Contribuição social		
Receita bruta	19.051	19.181
Alíquota	12%	12%
	<u>2.286</u>	<u>2.302</u>
Outras receitas, inclusive financeiras.	1.289	1.067
	<u>3.575</u>	<u>3.369</u>
Alíquota vigente	9%	9%
Imposto apurado	<u>(322)</u>	<u>(303)</u>
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	<u>(1.001)</u>	<u>(929)</u>
Alíquota de imposto efetiva		
Receita total	20.340	20.248
Imposto calculado (IR/CS)	<u>(1.001)</u>	<u>(929)</u>
	<u>4,92%</u>	<u>4,59%</u>

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

17.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia não reconhece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é recebida no prazo de 90 dias.

17.2. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Consolidado	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	665	-	-
Financiamentos	5.035	10.070	33.150

17.3. Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

17.4. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 a exposição máxima é de R\$12.992, (R\$11.383 em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

17.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios.

17.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor justo	
	2023	2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	633	269
Aplicações financeiras	11.284	10.323
Contas a receber	1.075	792
Total	12.992	11.383
Passivos financeiros		
Fornecedores	665	271
Financiamentos	43.220	46.327
Total	43.885	46.598

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.

Instrumentos financeiros por categoria

	2023		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	633	-	-
Aplicações financeiras	-	11.284	-
Contas a receber	1.075	-	-
Total	1.708	11.284	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	665
Financiamentos	-	-	43.220
Total	-	-	43.885
	2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor custo justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	269	-	-
Aplicações financeiras	-	10.323	-
Contas a receber	792	-	-
Total	1.061	10.323	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	-	-	271
Financiamentos	-	-	46.327
Total	-	-	46.598

17.7. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

17.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O principal risco atrelado às operações da Companhia está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TJLP para os financiamentos.

As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes.

Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 13,03% (12,39% em 2022) para o CDI e 6,55% (7,20% em 2022) para a TJLP, sendo estes definidos como cenário provável, e a partir deste, foram estimados com uma apreciação e desvalorização de 25% e 50%, respectivamente:

Operação	Exposição	Risco	Provável	Aumento		Redução	
				25%	50%	25%	50%
Aplicação financeira		CDI					
Receita financeira	1.289	13,03%	168	210	252	126	84
Financiamentos		TJLP					
(-) Despesa financeira	(4.140)	6,55%	(271)	(339)	(407)	(203)	(136)
Resultado financeiro			<u>(103)</u>	<u>(129)</u>	<u>(155)</u>	<u>(77)</u>	<u>(52)</u>

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.

Thadeu Luciano Marcondes Penido
Diretor Presidente

Cleiton Lameira Falci
CRC 1SP252875/O-1
Contador